

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) – Comunicação de Líder,**

pela oposição: Quero saudar nosso Presidente em exercício, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde e todos que acompanham pelo Canal 16. Eu creio que todos nós, à medida que percebemos a importância da reunião da Comissão de Saúde, na segunda-feira, aqui neste plenário, em que constatamos que estavam aqui, tanto no interior da Câmara como na parte externa, mais de 3 mil pessoas,

está em jogo, sim, a legitimidade de um serviço público. Como disse aqui, há poucos minutos, meu nobre colega Ver. Comassetto - e aqui falo em nome da oposição, do PT e PSOL -, nós temos, sim, que nos preocupar com o universo dos cidadãos de Porto Alegre, à medida que o Tribunal Superior toma a decisão de extinção do IMESF. Se nós olharmos um pouquinho para trás, vamos perceber que, lá em 2007, foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta pelos órgãos de controle: Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Ministério Público do Trabalho. Lá preconizaram um acordo, e tem vigência o TAC. Não cumprindo esse TAC, o Município poderá sofrer algumas sanções que aqui vou discorrer. Uma delas é multa: “O eventual inadimplemento de qualquer cláusula deste compromisso sujeitará o Município, solidariamente com o gestor municipal responsável, a um pagamento de uma multa de R\$ 1.000,00 por trabalhador encontrado em situação irregular ou não contratado nos moldes preconizados nos itens nº 2 e nº 4 deste TAC. A multa poderá ser substituída por obrigação alternativa, observadas as condições econômicas e responsáveis a critério do Ministério Público e signatários.” O que está dizendo este TAC? Para os serviços públicos, isto é, serviços meio e fim, não pode o poder público terceirizar, somente para ações complementares, que poderá ser para segurança, limpeza e assim por diante. O governo não pode incorrer no mesmo erro que aconteceu com alguns governos anteriores. Por isso é salutar que nós, vereadores, possamos reforçar ao prefeito que o importante é o diálogo. Agora é o diálogo, sim, Ver. Moisés Barboza, que há pouco falou, também o Ver. Mauro, mas estava num outro tema. Nós precisamos fazer, sim, uma mediação com os órgãos de controle, com as entidades que aqui representam os trabalhadores, com a Câmara e o poder público, no caso o governo, para neste tempo trabalhar com uma ideia, pode ser emergencial, sim, mas que possa absorver todos os atuais trabalhadores e, num período curto, que pode levar até

seis meses, constituir uma empresa pública de direito público, para ser um serviço permanente, continuado, para não cair, ali na frente, no mesmo erro que, agora, infelizmente, acabou sendo julgado no Supremo. Esse é o grande desafio e a grande prerrogativa, como fez, Ver. Moisés, o próprio, o seu partido, ali em Novo Hamburgo, quando julgada a ação deles, mudou de lado e disse: “É importante reavaliarmos isso e construir uma alternativa permanente, sólida e segura para que ali na frente os órgãos de controle não digam, de novo, que é inconstitucional.” É nesse sentido que nós queremos aqui dialogar. Nenhum vereador, com certeza, vai concordar que parte desses servidores que hoje estão no IMESF sejam descartados como disseram aqui alguns na audiência pública. Nós precisamos da valorização do servidor e que o próprio prefeito mude o discurso. Ele não pode dizer, por exemplo, que alguns que tiveram... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Para concluir, nós não podemos entrar no discurso do prefeito, quando ele diz que grande parte dos servidores que tiveram aqui estão marcados... Por favor, retire isso. Não diga que os servidores atuais do IMESF não deveriam tratar os cidadãos que vão buscar o atendimento na unidade de saúde como gado. Por favor, retire essa palavra. O senhor é um prefeito para todos os cidadãos de Porto Alegre. A sua generosidade, a sua alteza nesse cargo que ocupa é uma enorme responsabilidade que nós todos nos sentimos atingidos quando o senhor acaba vulgarizando e por isso não dá o entendimento de poder atender aos anseios da comunidade e dos servidores. Então, nesse sentido, nós queremos fazer um apelo: prefeito, abra o diálogo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Texto sem revisão final.)